
REFLEXÕES PARA UMA HISTÓRIA POLÍTICA DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO

A retomada da história política pelas diferentes correntes historiográficas na França não foi acompanhada ao mesmo tempo pelos historiadores brasileiros. Segundo Ferreira (1992, p. 06), por mais “que nos últimos anos tenha crescido o número de pesquisadores e tenham se ampliado as publicações, continua a pairar certa desconfiança e desprezo sobre aqueles que se definem como historiadores do político”. De todo modo, a partir da década de 1980, a historiografia brasileira começou a mudar o seu enfoque, inovando também nos estudos de história política. Sobre essa renovação no Brasil, é interessante observar que

A história que hoje se impõe afasta-se das anteriores na medida em que coloca o estudo do poder no centro da problemática, esse estudo não se confunde com as teorias do Estado e se desenvolve na perspectiva de interpretação do poder por outros prismas e de reconhecimento de outras formas políticas. Isto possibilitou a exploração de novos temas de pesquisa relacionados à cultura política, ou à história das representações políticas construídas por imagens, símbolos, mitos e utopias (CAPELATO, 1980, p. 25-26).

Esse campo que se fez renovado também no Brasil, seguindo as lições teóricas francesas, passou a compreender o poder “como um tipo de *relação social* concebida eventualmente como de natureza plural – os *poderes*” (FALCON, 1997, p. 62).¹ Os estudos que, até então, entendiam o Estado como o único centro de poder, aos poucos foram cedendo espaço a recortes mais específicos que procuravam reconhecer mais efetivamente a importância de objetos não mais restritos às manifestações estritamente institucionais, mas expandindo suas análises para os estudos relacionados à cultura política ou às representações políticas.

Rémond (2003), ao apresentar a sua proposta de história política, levou em consideração as principais críticas que eram lançadas sobre a história política “tradicional”. No tocante a que os objetos dessa história eram os fatos transitórios e superficiais (curta duração) e incapazes de perceber os movimentos mais intensos das sociedades, esse historiador demonstrou que o interesse de sua proposta voltava-se, então, para a pluralidade dos ritmos (curto, médio e longo) e, desse modo, o estudo da cultura política passara a ocupar um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, através da qual seria possível perceber as continuidades no tempo de longa duração. Sobre isso, Capelato também chama atenção:

Pensando numa possibilidade de rompermos com esse sentimento de negatividade ou com essas emoções polarizadas que motivam os estudos sobre nossa história política, deixo aqui uma sugestão para investigações futuras num campo que me parece lacunar no Brasil: o da História Política de longa duração. Em alguns países, França, por exemplo, um dos caminhos de renovação da História Política conduz à “longa duração”, introduzindo o estudo das mentalidades políticas

¹ Sobre essa renovação da história política no Brasil, ver: Lapa (1982) e D'Alessio (1996). Para alguns exemplos dessa renovada historiografia política no Brasil, ver Ribeiro (1995); Fico (1997); Schwarcz (1998); Souza (1999); e Neves (2003).

e das representações através do uso do conceito de cultura política. Com isso, busca-se recuperar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes e do homem comum, bem como as representações do poder expressas por toda parte (1996, p. 164-165).

Assim sendo, notamos que uma das inovações da nova história política é a identificação de um campo específico do político com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, ou seja, diz respeito à abordagem de seus objetos na longa duração, enfocando os estudos sobre cultura política. Passa-se a pensar a política no sentido de uma cultura, em que importam “as crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão um peculiar colorido e significação à vida política em determinado contexto” (SANI, 2004, p. 306).

É dentro desse entendimento que pensaremos o imaginário anticomunista no Brasil, uma vez que o mesmo pode ser investigado dentro da perspectiva de se procurar compreender a formação “dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro” (ROSANVALLON, 1995, p. 16). As imagens, símbolos, mitos e utopias são parte do acervo que compõe os imaginários sociais, campos em que os indivíduos, buscando construir respostas àquilo que eles percebem como um problema, procuram investir de sentidos as suas “realidades”, fazendo do político o lugar da articulação do social e de sua representação.

Nesse sentido, o objetivo do presente texto é o de apresentarmos algumas observações sobre o que se define por anticomunismo, sobre sua presença na história do Brasil, bem como ele é apresentado na historiografia brasileira.

ANTICOMUNISMO: ELABORAÇÃO DE UM CONCEITO

O anticomunismo já se encontra anunciado no Manifesto Comunista (1848), quando então Marx e Engels advertiram: “Quais os oposicionistas que não são acusados de comunistas por seus adversários no poder? Quais os oposicionistas que, por sua vez, não têm replicado, a seus adversários da direita ou da esquerda, com a alcunha infamante de comunistas?” (MARX; ENGELS, 1993, p. 65). Notamos que o “comunismo” já era considerado uma ameaça à ordem capitalista estabelecida e que se almejava depositar nele o sinônimo de antagonismo, reservando-lhe uma série de estereótipos.²

Bonet (2004, p. 34), na sua definição de anticomunismo, afirma que o mesmo “deveria ser entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas”. No entanto, ele reconhece que, após a Revolução de Outubro de 1917, ocasião em que o comunismo adquiriu concretude histórica e se expandiu mundialmente, o anticomunismo passou a assumir significados mais profundos que o de uma simples oposição às práticas e métodos comunistas. Assim,

Do lado comunista, o Anticomunismo foi definido por alguns como “ideologia negativa” (chamado, em termos polêmicos, Anticomunismo *visceral*, ou seja, baseado numa oposição global ao comunismo e não na adesão positiva a valores autonomamente escolhidos); foi definido por outros como “ideologia da burguesia em crise” (isto é, como fórmula política de saída, quando as fórmulas tradicionais se revelaram ineficazes no controle das tensões sociais). Mas Togliatti é ainda mais explícito quando escreve que ser anticomunista “significa... dividir categoricamente a humanidade em dois campos e considerar... o dos comunistas... como o campo daqueles que já não são homens, por haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana” (BONET, 2004, p. 34).

Entretanto, ainda segundo esse autor, estas são acepções gerais e restritivas, sendo o “Anticomunismo um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira”. Ou seja, o anticomunismo deve ser compreendido como sempre sensível às condições específicas, tanto do período como da sociedade, dos interesses dos grupos responsáveis pela sua difusão. Assim, Bonet (2004, p. 34) faz referência às várias formas de manifestação do anticomunismo, tais como o clerical, o fascista, o nazista-hitleriano e o estadunidense, observando também que o anticomunismo pode ser tanto de direita quanto de esquerda.

Bonet (2004, p. 34) destaca, ainda, que, ao trabalharmos com o conceito no plano político, devemos levar em consideração as questões que envolvem os países e suas relações internacionais. Assinala que, no plano político internacional, os países anticomunistas são entendidos como aqueles que não realizam aliança estratégica, para além de possíveis momentos táticos, com os partidos e os Estados comunistas. Assim, o anticomunismo interno dos Estados e o que se dá nas relações externas entre os Estados estão intimamente ligados; contudo, esse autor os distingue. Destaca que, no primeiro caso (plano interno), ele se “traduz na sistemática repressão da oposição comunista, e tem por norma tachar de comunismo qualquer oposição de base popular”. Desse modo, nos países de regime democráticos, onde existe oposição comunista relevante, o anticomunismo assume dentro da cultura política difundida

uma função importante na integração sociopolítica e na legitimação do sistema [...]. Revela-se, por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas (BONET, 2004, p. 35).

No segundo caso (plano internacional), o anticomunismo procura inspirar uma política de alcance planetário, “cujos objetivos são simultaneamente: 1) contenção do influxo dos Estados socialistas; 2) interferência nos

² Referimo-nos ao comunismo na sua vertente marxista-leninista, já que é ele que é tomado como principal referente nos textos anticomunistas, uma vez que foi responsável pelo bolchevismo e pelo modelo soviético, bem como por amplas implicações políticas no que diz respeito às variadas críticas ao sistema capitalista.

negócios internos de cada um dos países, a fim de prevenir e/ou reprimir os movimentos de inspiração comunista” (BONET, 2004, p. 35).

Motta (2002, p. 15) também compartilha da ideia de que seria necessário utilizar a expressão anticomunismo no plural, isso porque o anticomunismo é o resultado de uma frente de grupos e projetos políticos diversos que têm a recusa ao comunismo, pela palavra e/ou pela ação, como único ponto em comum. Diz que, “Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum”. Malatian (2003, p. 175 e 177), ao observar que as práticas políticas da Igreja Católica foram as responsáveis pela elaboração de representações anticomunistas ainda no século XIX, também entende que o anticomunismo é um conceito “polissêmico e homogeneizador”, já que reuniu sob o mesmo rótulo os três grandes movimentos políticos da esquerda contemporânea (anarquismo, socialismo e comunismo), e assim “Difícilmente será encontrado em estado puro ou isolado. São matrizes e elaborações discursivas, além de práticas correspondentes, completamente divergentes, de difícil classificação sob o mesmo rótulo”. Desse modo, temos a percepção do conceito de anticomunismo como sendo mais amplo e descolado da ligação direta com a direita, bem como tendo diferentes inspirações.³

Também de acordo com Rodeghero (2007, p. 21-22), o anticomunismo deve ser compreendido como uma postura de oposição ao comunismo, que se adapta “a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas”. Ela diz que

O anticomunismo é uma construção imaginária na medida em que se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que define uma identidade distinguindo um “nós” – os não comunistas – em relação aos “outros” – os comunistas;

³ No cenário internacional, o anticomunismo de esquerda foi muito mais significativo e atuante do que no Brasil, na Europa representado pelos socialistas e, nos Estados Unidos, pelos “liberais”. Cf. Motta, 2002, p. 16.

em que dirige a eleição de certos problemas e de soluções possíveis, em que se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da realidade palpável.

A autora acrescenta que o anticomunismo pode ser captado como um conjunto de atividades realizadas por grupos diversos. “Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, atividades educativas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação do Legislativo etc.”. Desta forma, o anticomunismo constitui-se como um fenômeno complexo, com matizes políticas, ideológicas, econômicas e sociais que se manifestam de diferentes maneiras, devendo seu conceito, portanto, ser analisado e desenvolvido a partir da conjuntura histórica no qual ele se manifesta. Seguindo essa mesma linha de interpretação, Silva (2001, p. 33) diz que

Ampliar na análise o conceito de comunismo para os seus enunciadores (os anticomunistas) possibilita perceber que não é possível fazer a dissociação entre prática e discurso anticomunista. Isso porque não faz diferença fundamental para os seus forjadores e divulgadores se há um referente concreto constituído em um partido comunista. Se ele não existe no partido, os mecanismos utilizados são muitos para tentar configurá-lo.

Assim sendo, para que se considere uma significação ao anticomunismo se torna fundamental “delimitar o que os textos anticomunistas entendem por comunismo” (SILVA, 2001, p. 26), o que, por sua vez, torna a definição do conceito mais difícil, já que estes textos não representam o “real” e sim o que eles compreendem como comunismo. O que o comunismo expressou para cada grupo anticomunista suscitou múltiplas representações.

ANTICOMUNISMOS NO BRASIL

O fenômeno do anticomunismo é presente na historiografia brasileira, contudo ainda são poucas as escritas que se detiveram a analisá-lo especificamente. Conforme considerado acima, o conceito de anticomunismo não segue um entendimento proporcional em relação à oposição ao comunismo, devendo mesmo ser pensado a partir de seus diferentes matizes ao longo de sua história. Assim, procuramos perceber os vários momentos dos anticomunismos no Brasil, a partir da historiografia de que dispomos.

Motta (2002) desenvolveu um amplo estudo acerca do anticomunismo no Brasil e, apesar de reconhecer que Marx já o indicava em meados do século XIX, situa o seu fortalecimento no país após a Revolução de Outubro de 1917, tendo surgido “espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança”, ou seja, como um movimento de reação à expansão e ao crescimento do PCB e das ideais comunistas: “o que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta” (MOTTA, 2002, p. XX). Contudo, essa tese é reavaliada por Malatian (2003, p. 175), que apresenta o anticomunismo “como um componente da política que tem raízes anteriores a este evento, e solidamente enraizado na cultura política ocidental derivada do catolicismo antiliberal do século XIX”. De acordo com a autora, houve uma releitura das ideias antiliberais do século XVIII, pela Igreja Católica, para fazer frente ao anarquismo, ao socialismo e ao comunismo no século XX, o que denota quão remotas são as bases do anticomunismo católico. Assim,

mais do que uma manifestação espontânea, o anticomunismo pertence a um discurso da ordem extremamente elaborado, fundamentado, organizado e difundido pela Igreja, um entre os diversos catolicismos. Antecede a Revolução Russa de 1917 e a fundação do PCB, reporta-se às propostas anarquistas, socialistas e comunistas do XIX e à dinâmica das sociedades capitalistas (MALATIAN, 2003, p. 176).

Também somos de acordo que os anticomunismos percorrem um longo tempo na história brasileira, sendo uma tradição política que encontra sua fundamentação antes mesmo da Revolução de Outubro de 1917. Nesse sentido, identificamos a existência de tendências políticas anticomunistas já na segunda metade do século XIX, onde escritos de alguns intelectuais apresentaram-se no sentido de interpretar o socialismo como algo negativo a ser combatido. Rui Barbosa, por exemplo, assim se expressou em 1884: “Socialistas são os que pretendem trocar os moldes arbitrários, obras da imaginação, ou da metafísica, esses moldes eternos” (apud CHACON, 1965, p. 276).⁴

Esse mesmo entendimento também é compartilhado por Silva (2001, p. 26), que, para fundamentar sua tese de que o aparecimento do anticomunismo é anterior à Revolução de Outubro de 1917, cita o trabalho de Bandeira, Melo e Andrade (1980, p. 15), onde os mesmos, procurando identificar a amplitude e as ressonâncias do termo “comunista” no Brasil, o identificam ainda no final da primeira metade do século XIX:

Já em 1849, no Brasil, a palavra “comunismo” vulgarizava-se na imprensa e no Parlamento [...]. Há mais de meio século, pois, que as classes dominantes, no Brasil, tremem diante do “fantasma do comunismo” e podiam figurar nas páginas d’*O Manifesto*, ao lado de Guizot e de Metternich.

Seguindo essa mesma linha de interpretação, a autora também menciona a pesquisa do historiador Mário Maestri sobre Castro Alves, onde percebe

⁴ A retórica anticomunista brasileira também pode ser identificada anos antes nos três expoentes do positivismo responsáveis pela fundação da Sociedade Positivista Brasileira, em 1876: Miguel Lemos condenou o comunismo: “Tudo quanto S. Exa. disse a respeito das imensamente funestas escolas de Proudhon, Darwin, Materialismo, Comunismo eds. é uma grande verdade e muito sabida. Tais doutrinas só podem ser abraçadas por homens sem o menor vestígio de moralidade, sem fé, sem crenças, sem o mínimo de amor da pátria, da família e de si mesmos, verdadeiros monstros morais, dignos da mais profunda execração” (apud CHACON, 1965, p. 288). Raimundo Teixeira Mendes, descrevendo os acontecimentos da Comuna de Paris, disse que: “Foram homens nessas condições, imbuídos daquelas perniciosas doutrinas que, nos desvarios de suas paixões brutais, sob a denominação de comunistas de Paris deram o espetáculo mais asqueroso que a história jamais registrou nos seus anais já bem providos das atrocidades e desvarios dos homens” (apud CHACON, 1965, p. 288). Benjamim Constant também repudiou o comunismo.

que um projeto abolicionista em defesa da emancipação dos filhos de cativas, em 1871, foi arguido pelos deputados escravistas que chegaram a apresentá-lo como de “inspiração da terrível internacional comunista”.⁵

Apesar de discordarmos da tese de Motta (2002) no que diz respeito a ser o anticomunismo uma tradição política que tem sua fundamentação nos anos seguintes à Revolução de Outubro de 1917, concordamos que o seu trabalho é a principal referência para pensarmos os anticomunismos na história do Brasil, sobretudo a partir desse marco.⁶ Segundo esse autor, no que se refere às fases de anticomunismo no Brasil, três momentos se destacam: o primeiro (1917-1935), denominado “primórdios do anticomunismo no Brasil”; o segundo (1935-1937), denominado de “a primeira grande ‘onda’ anticomunista”, a partir do crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fato ligado à adesão de Luiz Carlos Prestes (1934) e à formação da Aliança Nacional Libertadora (1935), porém sendo a “Intentona Comunista” (1935) a maior responsável pelo recrudescimento e consolidação do anticomunismo que culminou no Plano Cohen e no golpe do Estado Novo; e o terceiro (1961-1964), denominado de “segundo grande ‘surto’ anticomunista”, que levou ao golpe que implantou a ditadura militar no Brasil.

Não obstante ter se proposto a pensar o anticomunismo no Brasil entre 1917 e 1964, o autor não deu ênfase ao período compreendido entre 1937 e 1960, isso porque ele deixa claro que se preocupou em pensar os momentos em que esse fenômeno se fez mais evidente na política brasileira como justificativa para os golpes militares de 1937 e 1964. Para os propósitos desse texto, destacaremos apenas os dois primeiros momentos esquematizados pelo autor.

⁵ O trabalho ao qual a autora se refere é Maestri, 1998, p. 7.

⁶ A Revolução Russa de 1917 compreendeu duas fases distintas: a Revolução de Fevereiro, dos mencheviques, que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II e procurou estabelecer em seu lugar uma república moderna de cunho liberal; e a Revolução de Outubro, dos bolcheviques, que derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético. Para Motta (2002, p. 04-05), a primeira foi recebida como positiva, já a segunda foi execrada tendo em vista as suas propostas radicais.

Para Motta (2002, p. XX), logo após a tomada de poder pelos bolcheviques na Rússia e no decorrer da década de 1920 (“primórdios do anticomunismo no Brasil”), a campanha contra o comunismo começou a ser empreendida pela ação estatal, bem como por grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais e religiosos), tendo em vista que, no cenário internacional, “O entusiasmo e a esperança dos revolucionários, somados à crise da sociedade liberal no contexto pós-Primeira Guerra, provocaram considerável crescimento da influência dos ideais comunistas”. Logo, podemos pensar que essa força adquirida pelo comunismo terminou por engendrar os anticomunismos brasileiros.⁷

Entretanto, de modo geral, o comunismo passou a ser encarado por seus adversários brasileiros como uma ameaça remota, um problema que tinha mais a ver com a Europa do que com o Brasil, sendo mesmo apresentado como ideia alienígena: “O comunismo tão execrado era uma desgraça que se abatera sobre o povo das longínquas terras dos soviets, pouco afetando os brasileiros” (MOTTA, 2002, p. 06). Assim, a *questão social* e os riscos políticos associados à Revolução Soviética não eram vinculados de maneira predominante ao comunismo, até mesmo porque, naquele tempo, os anarquistas brasileiros tinham mais visibilidade política do que os comunistas.⁸

⁷ Também destaca o autor que uma das razões que muito contribuiu para que o anticomunismo ganhasse fôlego no Brasil foi o fato de Lênin ter como um dos seus objetivos prioritários retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial, rompendo a aliança anteriormente feita pelo Czar (Tríplice Entente: Inglaterra, França e Rússia), o que significaria um sério golpe nesses dois países ocidentais. Como o Brasil já havia assumido, por esse tempo, uma postura a favor da Entente e contra os alemães, a grande imprensa brasileira empreendeu campanha contra Lênin, que passou a ser acusado de traidor e de espião russo. Cf. Motta, 2002, p. 05.

⁸ De acordo com Silva (2001, p. 58): “Na década de 1920 as dificuldades de acesso a leituras teóricas sobre o comunismo era grande, o que pode explicar, em parte, o desconhecimento sobre ele”. Essa mesma constatação é apontada por Ferreira (2002, p. 196-197): “No Brasil, as notícias que chegavam eram confusas e desencontradas. Os militantes do PCB, reduzidos em número, mas aguerridos, encaravam com desconfiança e descrença as informações jornalísticas desfavoráveis à União Soviética”. O autor destaca também que, ao mesmo tempo, “Na década de 20, os revolucionários brasileiros estavam inteiramente seduzidos pelo impacto dos acontecimentos que permitiram a fundação do primeiro Estado proletário no mundo e pela perspectiva, otimista, da mesma revolução em nível planetário. Assim, entre os militantes da Seção Brasileira da Internacional Comunista dominava o imaginário da revolução, soviética e mundial. Eram as imagens grandiosas dos objetivos que seriam alcançados em futuro próximo, como a salvação da humanidade

Se comparada com as representações apresentadas por seus inimigos, a influência dos comunistas naquela sociedade era mínima, encontrando-se centrada nos Círculos Operários urbanos, no Partido Comunista Brasileiro (1922) e entre a baixa oficialidade do Exército (tenentes e capitães). A repressão ao comunismo ocorreu muito mais pela necessidade de os governos se defenderem das oposições de um modo geral. Assim, ao cercearem as ações dos operários e reprimirem os movimentos anarquista e tenentista, os anticomunismos brasileiros começaram a ser gestados de forma modesta.⁹

Por conseguinte, a imprensa brasileira foi o primeiro esteio utilizado para esse fim, criticando de forma esparsa a segunda revolução russa, considerando suas consequências ruins tanto para aquele país como para a causa aliada na Primeira Guerra.¹⁰ Para Motta (2002), essa imprensa seguia a opinião de seus congêneres da Europa ocidental:

Não causa surpresa nenhuma que as elites brasileiras, habituadas a importar tudo dos países centrais, de artigos de consumo a ideias, tenham sido caudatárias também em relação ao anticomunismo. Em grande parte, as visões sobre o que seria comunismo

das guerras e a implantação da República Soviética Internacional, que mobilizavam energias e motivavam comportamentos. Não se tratava, naquele momento, da implantação do socialismo na Rússia. Até o fim dos anos 20, portanto, as conquistas políticas da Revolução Soviética é que eram exaltadas, pois sabia-se, mesmo vagamente, das enormes dificuldades sociais e, sobretudo, econômicas vividas no país dos soviets” (FERREIRA, 2002, p. 197).

⁹ No início de 1927, ocorreu uma pequena onda de propaganda anticomunista, que Motta (2002) considera fato isolado no interior de uma fase em que predominava a representação do comunismo como um problema distante. Com o fim do governo de Arthur Bernardes (1922-1926), os comunistas intensificaram suas ações nos primeiros meses da presidência de Washington Luiz (1926-1930): conseguiram fazer funcionar um jornal diário, *A Nação*; fundaram o Bloco Operário e Camponês (BOC); intensificaram o trabalho nos meios operários com a realização de congressos e organização de entidades sindicais; e criaram a Juventude Comunista. A esse modesto crescimento do PCB, as autoridades responderam com a edição de uma lei repressiva (“Lei Celerada”), que tinha por objetivo restringir as atividades sindicais e políticas da esquerda, autorizando o governo a fechar centros, sindicatos e entidades que praticassem atos considerados contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, bem como a suspender a circulação de jornais acusados de propagandear tais atos. Assim, apesar de os governos de Arthur Bernardes e Washington Luiz terem reprimido ações comunistas em seus respectivos mandatos, não tiveram no comunismo o seu principal inimigo. Cf. Motta, 2002, p. 06-08.

¹⁰ Motta (2002) chama de grande imprensa brasileira alguns jornais sediados no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG).

e a ameaça que ele significava à ordem social foram decalcadas de modelos estrangeiros. As representações anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil a partir de 1917 refletem uma influência externa marcante (MOTTA, 2002, p. 01).

Segundo o autor, durante os anos dos “primórdios do anticomunismo no Brasil” (1917-1935), os anticomunistas brasileiros acompanhavam a dinâmica das relações culturais e políticas do Brasil com o exterior e, assim, a inspiração das representações sobre o comunismo vinha da Europa ocidental, sobretudo da França, cujos escassos livros foram traduzidos ou lidos no original para servirem de fonte para as várias matérias a serem veiculadas nos jornais brasileiros.¹¹

A partir de 1930, as mudanças desencadeadas pelo movimento “revolucionário” que levou Getúlio Vargas ao poder contribuíram para que o comunismo passasse a ser visto cada vez mais como um perigo interno. Isso porque

A derrubada da “República Velha” trouxe em seu bojo instabilidade, indefinições e, conseqüentemente, insegurança. O grupo que se congregou para tomar em armas contra o antigo sistema tinha como principal marca a heterogeneidade. No interior da ampla coalizão havia civis e militares, radicais e conservadores, liberais e antiliberais, sendo este último grupo dividido entre esquerdistas e simpatizantes do fascismo. A orientação a ser tomada pelo novo governo não era clara e o espaço conquistado pelos defensores de propostas antiliberais gerava ansiedade nos setores conservadores da sociedade, notadamente em parcelas do clero, da imprensa e dos grandes proprietários. Muitos temiam que a facção esquerdista do governo tomasse as rédeas na condução dos negócios públicos (MOTTA, 2002, p. 08).

¹¹ Ao mesmo tempo, segundo Campos (1934), a imprensa europeia, orientada quase sempre pelos partidos conservadores ou moderados, criou na América o ambiente mais desfavorável para a revolução soviética.

Os setores conservadores, até então habituados com o liberalismo, passaram a ver com desconfiança o intervencionismo na economia do novo governo.¹² Ao mesmo tempo, o momento político de reformas do “pós-Revolução” de 1930 foi favorável a que um considerável número de pessoas, sobretudo jovens e intelectualizadas, visse no comunismo uma alternativa em relação ao antigo modelo liberal, considerado falido.¹³ Desse modo, o reordenamento político pelo qual o Brasil passou nos anos 1930 fez surgir com mais vigor a presença comunista, e essa, por sua vez, deu margens para a exacerbação dos anticomunismos no país.

Ferreira (2002, p. 196) observa que as representações positivas sobre a construção do socialismo na União Soviética tomaram força no início da década de 1930, quando, então, jornais, livros e panfletos passaram a alardear o progresso material naquele país. Toda essa literatura publicitária procurava evidenciar para os trabalhadores brasileiros que um mundo melhor poderia ser construído e, nesse sentido,

ressaltavam particularmente os aspectos materiais da construção do socialismo na Rússia: surgimento, da noite para o dia, de centenas de cidades e usinas, trabalhos de urbanismo e construção civil, mecanização da indústria e obras suntuosas. Em cada realização, os autores citavam enormes cifras sobre o uso do aço, ferro, asfalto, concreto armado e vidro. Ainda prisioneiros da forte tradição provinda do século passado que associava o progresso social com a riqueza material, os visitantes brasileiros na União Soviética nos anos 30 identificavam socialismo com

¹² Aqui notamos uma das nuances do anticomunismo brasileiro. Ao atuar procurando sustar a tendência de queda nos preços do café, resultado da crise de 1929, o governo Vargas adotou uma política cambial de confisco de parte da renda gerada pela exportação do café em benefício do Estado. Como resultado, publicou-se em São Paulo o livro *O comunismo caminha no Brasil* (1933), de autoria de Antônio de Sampaio Dória, com seguras acusações de comunismo dirigidas ao governo federal. Cf. Motta, 2002, p. 09.

¹³ Esse aumento de poder de atração do comunismo pode ser exemplificado pela postura de Luiz Carlos Prestes, quando o mesmo tornou público, em maio de 1930, um manifesto onde declarava sua adesão ao marxismo-leninismo e à causa do proletariado, o que, possivelmente, influenciou muitos a fazerem o mesmo.

desenvolvimento econômico. Ou melhor, entendiam o socialismo como o resultado da soma dos soviets com a eletrificação, bem de acordo com a fórmula elaborada por Lênin. Enquanto o Ocidente sofria com a catástrofe econômica iniciada em 1929, o país dos soviets, ileso, tornava-se, na imaginação de muitos, o lugar da utopia realizada (FERREIRA, 2002, p. 196).

De tal modo, diversos foram os livros sobre a vida econômica, social, política e cultural da União Soviética publicados no Brasil, na primeira metade da década de 1930. Destacamos, no Quadro 1, alguns dos autores nacionais desses livros.

QUADRO 1 – Obras nacionais que representam o comunismo positivamente (1931-1934).

TÍTULO	AUTOR	ANO
Rússia: notas de viagem, impressões, entrevistas, observações sobre o regime soviético	Maurício Campos de Medeiros	1931
Uma visita à nova Rússia (traduzido do francês)	Fernand Corcos	1931
Outras revoluções virão	Maurício Campos de Medeiros	1932
Onde o proletariado dirige	Osório Thaumaturgo César	1932
O que é o Estado Proletário	Osório Thaumaturgo César	1933
Um engenheiro brasileiro na URSS	Cláudio Edmundo	1933

O que vi em Roma, Berlim e Moscou	Juvenal Guanabara	1933
O fenômeno jurídico no país dos soviets	Almáquio Diniz Gonçalves	1934
Sociologia soviética	Almáquio Diniz Gonçalves	1934
Preparação socialista do Brasil	Almáquio Diniz Gonçalves	1934
Dicionário da questão social	Raul Maia	1934
URSS, um novo mundo	Caio Prado Júnior	1934

Fonte: Silva (2001); Motta (2002). Quadro elaborado pelo autor do texto.

Konder (1988, p. 169), ao estudar a recepção das ideias marxistas no Brasil do início dos anos 1930, observou que, em razão da crise instaurada naquele período, cresceu a preocupação das elites dirigentes frente aos discursos que falavam positivamente sobre uma revolução comunista, o que desencadeou uma “ofensiva da literatura crítica anticomunista entre nós”. Houve, então, a publicação de uma grande quantidade de livros sobre a Rússia na perspectiva anticomunista, tanto no que se refere a traduções quanto a obras de escritores nacionais. No primeiro caso, publicou-se uma série de autores europeus, a partir do interesse de algumas editoras que passaram a traduzir para o português e popularizar livros que, em parte, já vinham circulando na edição original no Brasil. Nesse particular, merece menção à editora *Livraria do Globo*¹⁴, que lançou uma coletânea

¹⁴ A editora Livraria do Globo, de Porto Alegre, foi fundada em 1883. Nas primeiras décadas do século XX, publicou algumas obras de autores regionais, traduções da literatura universal e manuais didáticos. Em 1930, intensificou a produção de livros e procurou diversificar o mer-

especial intitulada *Coleção Globo, Inquéritos sobre a Rússia* (com opiniões anticomunistas sobre a União Soviética).¹⁵ Do conjunto das obras, listamos algumas no Quadro 2.

QUADRO 2 – Obras anticomunistas internacionais (1931-1935).

TÍTULO	AUTOR	ANO
No país dos soviets	Jorge Le Fevre	1931
A Tcheka	Jorge Popoff	1931
Como matei Rasputine	Príncipe Yussupoff	1931
As forças secretas da revolução: maçonaria e judaísmo	Léon de Poncins	1931
O que vi em Moscovo	Henri Béraud	1931
Moscovo sem máscara	Joseph Douillet	1931
O paraíso moscovita	Paul Marion	1931

cado com coleções de baixo custo e grandes tiragens, o que lhe trouxe bons resultados. Entre 1931 e 1933, aparecem outras coleções, dentre elas a *Coleção Globo, Inquéritos sobre a Rússia*. Cf. Torresini, 2004, p. 09. Sobre a divulgação desses livros pelo Brasil afora, observamos que, em 1934, Henrique Bertaso, um dos sócios dessa editora, viajou pelo Brasil com a intenção de ampliar a rede de comercialização do Globo, indo a São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Natal, cidades onde ele nomeou diversos representantes locais e visitou os principais jornais. Nessa empreitada, estendeu a rede de distribuição até o Nordeste do Brasil, onde as edições do Globo receberam uma grande acolhida. Cf. Bertaso, 1993, p. 24.

¹⁵ Por essa coleção foram lançados os seguintes títulos até o ano de 1932: *No país dos soviets*; *A Tcheka*; *Como matei Rasputine*; *As forças secretas da revolução: maçonaria e judaísmo*, *O que vi em Moscovo*; *Moscovo sem máscara*; e *A noite que vem do Oriente*. Cf. Motta, 2002, p. 10.

A Rússia nua	Panait Istrati	1931
Soviets	Panait Istrati	1931
A rumo de outra luz	Panait Istrati	1931
O inferno russo. O trágico fim dos Romanoff	V. Nicolaevicht	1931
O mundo comunista	Gustave Gautherot	1931
A tragédia de Ekaterimburgo: relato impressionante do assassinio da família imperial russa	W. Aureli	1931
A noite que vem do Oriente	Sérgio de Chessin	1932
A virgem vermelha do Kremlin	Ch. Lucieto	1932
A onda vermelha: bolchevismo e comunismo (regime de sangue... de fome... de escravidão)	Sem autor (folheto apócrifo)	1934
O perigo mundial: judaísmo e comunismo	F. Luiz Wist	1935
Espírito e fisionomia do bolchevismo	René Füllöp-Miller	1935

Fonte: Silva (2001); Motta (2002). Quadro elaborado pelo autor do texto.

Com relação às obras anticomunistas dos escritores brasileiros, produzidas entre 1930 e 1933, conseguimos arrolar as seguintes:

QUADRO 3 – Obras anticomunistas nacionais (1930-1933).

TÍTULO	AUTOR	ANO
O comunismo russo e a civilização Christã	João Batista Becker (Dom)	1930
Tempestades. O bolchevismo por dentro	Pedro Sinzig (Frei)	1931
As falsas bases do comunismo russo	Alfredo Severo dos S. Pereira	1931
Direito de família dos soviets	Vicente Rao	1931
A questão social e a República dos soviets	Alberto de Britto	1932
A bandeira de sangue (combatendo o comunismo)	Alcibíades Delamare	1932
A sedução do comunismo	Everardo Backheuser	1933
A Rússia dos soviets	Vicente Martins (Monsenhor)	1933
O comunismo caminha no Brasil	Sampaio Doria	1933

Fonte: Silva (2001); Motta (2002). Quadro elaborado pelo autor do texto.

Como se pode observar pelos títulos, a experiência soviética ainda se sobressaía como representação anticomunista, contudo tais escritas remetem a uma perspectiva de que o comunismo deixava de ser um problema remoto e passava a ser considerado uma ameaça imediata.¹⁶ Segundo Motta (2002, p. 10), o aumento do temor à “ameaça comunista” pode ser percebido na “apresentação” ou “prefácio” das obras, onde é perceptível a preocupação de apresentar ao público brasileiro as “mazelas” do comunismo na tentativa de dificultar o proselitismo do PCB.

Como já dito anteriormente, Silva (2001, p. 15-16) defende a tese de que os elementos inerentes aos discursos anticomunistas no Brasil não foram criados pelas elites brasileiras dos anos 30, sendo mesmo anteriores à Revolução de Outubro de 1917. Contudo, a autora delimita esse período (1931-1934) como recorte temporal de sua pesquisa “por considerá-lo importante na constituição do anticomunismo que tomava como referencial um elemento muito repetido, que era o perigo de uma revolução mundial como consequência do que ocorrera na Rússia Soviética”. Ou seja, de acordo com o seu entendimento, foi a partir de 1930 que se articulou de forma intensa o forjamento de representações em torno do “perigo comunista” para justificar projetos políticos totalitários.

Ainda sobre os primeiros anos da década de 1930, é importante registrar que esse significativo crescimento do comunismo e dos anticomunismos também contribuiu para o surgimento e o fortalecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), um partido de inspiração fascista organizado por Plínio Salgado em 1932. Sendo que, além da luta contra o comunismo, o

Seu surgimento correspondeu a um contexto mundial de crescimento das ideias autoritárias e reação antiliberal, fenômeno relacionado à crise decorrente da Grande Guerra e ao *crack* de 1929. Entendendo que o capitalismo liberal não apresentava

¹⁶ Essas obras se detiveram a repetir os argumentos utilizados pela literatura europeia anticomunista, sendo comum identificar erros factuais graves (confusão de datas e de nomes) sobre os fatos ocorridos na URSS. Cf. Motta, 2002, p. 10.

alternativas para a solução dos problemas, um número crescente de lideranças passou a aceitar os argumentos dos fascistas e autoritários de vários matizes, defensores de uma transformação que, em essência, levaria à constituição de um Estado forte e interventor (MOTTA, 2002, p. 11).

Esta tendência europeia foi incorporada pelos integralistas brasileiros (AIB), que também passaram a entender que a origem dos problemas do mundo moderno estava no capitalismo liberal (liberalismo), já que o consideravam como responsável pela destruição da “ordem tradicional” e por ter lançado a sociedade “no caos das lutas de classes” (MOTTA, 2002, p. 11), fazendo, assim, surgir o comunismo.

Deste modo, os integralistas passaram a defender a proposta de que seria necessária a destruição do liberalismo e do comunismo para que existisse uma sociedade harmônica. Ao mesmo tempo, eles procuraram canalizar o medo crescente ao comunismo a seu favor, propagandeando que apenas a sua ascensão ao poder seria capaz de salvar do comunismo os valores por eles considerados supremos (“Deus, Pátria e Família”). Nesse sentido, observamos que o anticomunismo passou a ser uma das marcas constantes na propaganda integralista, assumindo, portanto, mais uma nuance discursiva.

Conforme já mencionado anteriormente, Motta (2002) analisa que a “primeira grande ‘onda’ anticomunista” no Brasil ocorreu entre os anos de 1935 e 1937, considerando que o principal contribuinte para a emergência desse quadro foi o expressivo crescimento que vinha sendo experimentado pelo PCB, desde o ingresso de Luiz Carlos Prestes e culminando com a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935.

A criação dessa frente antifascista, que reuniu esquerdistas e comunistas de diferentes matizes, possibilitou o desdobramento das ações antifascistas e recrudescceu ainda mais o clima político do período entre aliancistas e integralistas, resultando na Lei de Segurança Nacional, de abril do mesmo ano, com dispositivos que previam a repressão pelo governo àqueles movimentos. O rápido crescimento da ANL, que tinha entre os

pontos principais de seu programa o antifascismo, o anti-imperialismo e a crítica ao latifúndio, levou-a a ser considerada ilegal (julho de 1935).¹⁷ Essa sua considerável aceitação pela sociedade civil, sobretudo entre militares, estudantes, intelectuais e trabalhadores, provocou os setores conservadores que, de imediato, passaram a representá-la como perigosa.¹⁸ “A propaganda conservadora certamente exagerou no tom anticomunista, apresentando a frente apenas como mero apêndice do PCB e omitindo o papel dos militantes de orientação ideológica diversa” (MOTTA, 2002, p. 183).

Após o fechamento da ANL, houve uma baixa na propaganda anticomunista, apenas sendo continuada pelos setores católicos e integralistas, sendo retomada de forma intensa após o advento do levante comunista de novembro de 1935, considerado o maior responsável pelo recrudescimento e pela consolidação do anticomunismo no país.¹⁹ Depois da repressão ao movimento, o governo procurou fortalecer a “onda” anticomunista por meio das representações propagandeadas, bem como pelas ações legais implementadas como instrumentos de repressão aos militantes comunistas. A propósito dos conteúdos das representações anticomunistas construídas sobre o levante, é interessante observar que

Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram os argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira *legenda negra* em torno da “Intentona

¹⁷ Sobre o debate em torno da inadequação da teoria da revolução brasileira à realidade nacional, consultar Prado Júnior, 1966.

¹⁸ Na ocasião em que foi fechada, a ANL tinha 1.500 núcleos espalhados pelo Brasil, com mais de 100.000 adeptos. Na capital federal, eram aproximadamente 50.000 aliancistas. Cf. Motta, 2002, p. 183.

¹⁹ Tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas, realizado em novembro de 1935 pelo PCB, em nome da Aliança Nacional Libertadora. Para um maior aprofundamento dos meandros desse movimento, ver Motta, 2002.

Comunista”. O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias de revolta os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da “ideologia malsã”. O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração. No início dos anos 1960, já encontramos o mito cristalizado, contendo uma narrativa consolidada acerca de “35” (MOTTA, 2002, p. 76).

Para Motta (2002, p. 13), essa propaganda encontrou todo um “terreno preparado”, pois o conjunto de representações anticomunistas fixado entre 1930 e 1935 forneceu uma consistente base de argumentos a serem aproveitados na ofensiva “pós-Intentona”.²⁰

No que diz respeito às ações institucionais exercidas pelo governo na repressão aos comunistas, cabe destacar a aprovação, ainda em novembro, do Estado de Sítio, ampliando os poderes do Executivo federal e de Getúlio Vargas, que foi confirmado no poder até 1937, assim como a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), para julgar os envolvidos no levante de 1935.²¹

Em suma, poucos meses após a insurreição de 1935, um vagalhão anticomunista havia se formado, trazendo em seu bojo dois desdobramentos principais. De um lado, as forças conservadoras articularam uma reforma institucional que armou o Estado com um formidável dispositivo de repressão, num processo

²⁰ Apesar de o combate ao comunismo ter sido marcado por influências internacionais, essa recepção dos discursos anticomunistas se deu de forma “seletiva” (“algumas ideias eram mais bem recebidas que outras e, portanto, eram mais enfatizadas”), ou seja, o anticomunismo brasileiro tinha uma dinâmica própria. Ao mesmo tempo, surgiram “elaborações originais”, como é o caso do imaginário elaborado sobre o movimento de 1935, a “Intentona Comunista”. Cf. Motta, 2002, p. 02.

²¹ Em janeiro de 1936, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), subordinada ao Ministério da Justiça, cuja função era fazer investigações sumárias em atividades consideradas de subversão à ordem, auxiliando o executivo a localizar os elementos “perigosos”. Cf. Idem, p. 205.

correlato de fortalecimento do poder central. De outro, o pavor aos “vermelhos” deu origem a uma formidável campanha anticomunista, responsável por consolidar, em pouco tempo, um imaginário que associava o comunismo ao “mal” (demônio, doença, violência, imoralidade etc.) (MOTTA, 2002, p. 213-214).

No período posterior ao fracassado golpe comunista, iniciaram-se as perseguições aos militantes comunistas, bem como se intensificaram as campanhas anticomunistas, agora justificadas não mais por ter no comunismo uma ameaça distante, mas como uma força “real”. Apesar de os quadros do PCB terem decaído nos anos seguintes, bem como, conseqüentemente, a difusão das ideias comunistas, essas campanhas anticomunistas se intensificaram baseadas, em grande medida, na criação de mitos, a fim de justificarem os atos do governo. Tais campanhas recrudesceram, sobretudo, após a divulgação do arquitetado Plano Cohen, que é considerado um dos principais componentes do golpe que reafirmou Getúlio Vargas na presidência do país, em 10 de novembro de 1937.²² Assim, o anticomunismo se converteu em uma das bases de sustentação do Estado Novo (1937-1945): “As autoridades mantiveram vigilância cerrada sobre as ações dos comunistas ainda em liberdade e o combate propagandístico aos ‘vermelhos’ foi uma preocupação constante” (MOTTA, 2002, p. 229).

OS ANTICOMUNISMOS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

O anticomunismo, enquanto tema de investigação no campo da história e áreas afins, recebeu nas últimas três décadas significativa acolhida acadêmica no Brasil, embora ainda sejam considerados poucos os estudos que se

²² Em 30 de setembro de 1937, quando se aguardavam as eleições presidenciais para janeiro de 1938, o governo de Vargas denunciou a existência de um suposto plano comunista de tomada do poder. Imediatamente esse plano passou a ser utilizado pelo governo federal com o objetivo de aterrorizar a sociedade civil e, assim, justificar um golpe de Estado que permitiria a Vargas continuar no poder.

proponham a analisá-lo como um todo.²³ Até então, o anticomunismo era citado em parte da historiografia política brasileira como algo secundário em favor de outros aspectos do campo político.²⁴

Segundo Rodeghero (2007), já se é possível falar em um “anticomunismo brasileiro”, tendo em vista que esse número de pesquisas realizadas sobre o tema, nos últimos anos, permite detectar as peculiaridades desse fenômeno, bem como a sua importância na história contemporânea do país. Diz ela que

Nas últimas duas décadas, pesquisadores ligados aos programas brasileiros de pós-graduação em História ou áreas afins produziram uma série de trabalhos centrados no tema do anticomunismo. Talvez pelas reflexões que se tornaram possíveis e necessárias devido à crise do “socialismo real”, talvez pelo redirecionamento do olhar do historiador, ou pelo desejo de compreender melhor as raízes das experiências democráticas e autoritárias pelas quais o Brasil passou no século XX, criou-se um ambiente e uma demanda para trabalhos no tema do anticomunismo (RODEGHERO, 2007, p. 15).

As recentes pesquisas que assumem o anticomunismo como objeto central de suas preocupações, procuram perceber, sobretudo, as várias nuances pelas quais ele foi instrumentalizado para legitimar reações conservadoras em diferentes momentos da história política brasileira.

Nesse sentido, o trabalho de Ferreira (1986), realizado no campo das Ciências Sociais, se constitui como o pioneiro na discussão mais específica do anticomunismo no Brasil, onde o autor procura entender a estrutura argumentativa dos discursos anticomunistas do Exército brasileiro, princi-

²³ Ao todo, conseguimos catalogar 45 trabalhos que tematizam o anticomunismo entre 1986 e 2010.

²⁴ O anticomunismo no Brasil não foi tema exclusivo de pesquisadores brasileiros, historiadores estadunidenses também já se detiveram a analisá-lo. Cf. Dulles, 1977 e 1985. Também existe outra pesquisa de brasileiro que não tem o anticomunismo como tema central, mas destaca-o ao final. Cf. Hilton, 1986.

palmente os proferidos pelos generais durante as cerimônias de aniversário realizadas em homenagem aos soldados mortos na “Intentona Comunista”, entre 1935 e 1985. Os rituais dessas comemorações também foram objeto de análise. No campo da historiografia, esse pioneirismo foi levado a efeito por Diehl (1987), que, na sua pesquisa sobre os Círculos Operários no Brasil, observa que os mesmos foram criados, em grande medida, para combater o comunismo junto aos operários católicos e, ao mesmo tempo, para servir de base à elaboração do corporativismo presente na organização do Estado Novo e na Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT). Para ele, o anticomunismo do circulismo não significou “apenas a negação dos objetivos e táticas comunistas, mas a elaboração de valores e posturas políticas incorporadas à cultura político-partidária brasileira”. E, assim,

desautorizou o comunismo de ser uma alternativa política aos regimes tradicionais, além de perpetuar um divisor político entre o campo dos que já não são homens (os comunistas), por haverem renegado as características da civilização humana (DIEHL, 1990, p. 50).²⁵

Dutra (1990), analisando o imaginário político dos anos 1930, defende a tese de que o anticomunismo surge no Brasil apenas nos momentos seguintes à formação da Aliança Nacional Libertadora (1935) quando, então, diferentes setores sociais passaram a se utilizar das representações em torno do comunismo e do anticomunismo como base para a construção do totalitarismo do Estado Novo (1937). Cancelli (1991) também investiga o anticomunismo ao debater o aparelhamento da polícia entre 1930 e 1937, observando que o governo Vargas se utilizou do comunismo como justificativa para o desencadeamento de medidas de centralização e de repressão para prevenção da ordem e da estabilidade social.

²⁵ Ainda identificamos o registro bibliográfico de um terceiro trabalho produzido na década de 1980 que tematiza o anticomunismo, contudo, não tivemos acesso ao mesmo. Trata-se de Vieira, 1989.

No ano seguinte, apareceram mais dois trabalhos: Azevedo (1992), que pesquisou o anticomunismo em documentos da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, durante o governo Dutra (1946-1950); e Molinari Filho (1992), que também contribuiu para os estudos em torno do tema, sobretudo por destacar a importância dos jornais como fonte de pesquisa sobre o anticomunismo, ao eleger o jornal *Estado de São Paulo* como fonte central de sua análise, evidenciando que o anticomunismo aparecia nas páginas dessa imprensa conservadora, cuja principal prática era a de contrapor um valor liberal sempre que falava do comunismo, entre os anos de 1930 e 1937.

Quatro anos depois, surgiram mais duas pesquisas: a de Rodeghero (1996), que estudou o anticomunismo em meio às bases do catolicismo tradicional no Rio Grande do Sul, entre 1945 e 1964, observando que ocorreu ali a construção de um imaginário anticomunista; e a de Mariani (1996), que, no campo da Linguística e fazendo uso da análise de discurso como método de abordagem, fez uma profunda pesquisa a propósito das formações discursivas presentes nos jornais cariocas sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus adeptos, entre os anos de 1922 e 1989, aventando a

eficácia da imprensa sobre o político”, onde o discurso jornalístico “acaba assegurando um mundo semanticamente estável, onde o Bem é o anticomunismo em função dos consensos, explicações com encadeamentos de causa e efeito etc., que vão sendo organizados (MARIANI, 1998, p. 122).

Silva (1998), analisando os imaginários anticomunistas brasileiros entre 1931 e 1934, tem o mérito de desenvolver um estudo que se coloca como contraponto às pesquisas anteriores, tendo em vista que ela evidencia a existência de campanhas anticomunistas centradas na construção da ideia de “ilusão comunista” antes mesmo da “Intentona Comunista”. Assim, para a autora, o anticomunismo teve sua fase de gestação antes de 1935, durante o Governo Provisório de Vargas, e os fatos posteriores representariam

apenas uma radicalização de um processo que já vinha se desenvolvendo: “Estas campanhas nos indicam que não podemos supervalorizar o período a partir de 1935, descaracterizando as disputas anteriores, parte do mesmo processo” (SILVA, 2001, p. 31-32).

O último trabalho dessa década é o de Medeiros (1999), que, tendo como problema central de seu estudo o questionamento sobre quais eram as formas de “exercício de poder” da Igreja Católica de Alagoas, entre as décadas de 1940 e 1960, observou a ação social assumida por essa instituição e o discurso anticomunista eclesial como tendo desempenhado significativa importância para enraizar no imaginário popular concepções sobre os comunistas, criando, assim, parte das condições para o golpe militar de 1964.

O trabalho precursor da década seguinte é o de Motta (2000), que, abarcando um longo marco temporal (1917-1964), procurou estudar a história dos anticomunismos no Brasil, da Revolução Russa até o golpe de 1964, ressaltando que, ao longo desse tempo, o imaginário anticomunista viveu duas grandes “ondas”, quando, então, foi instrumentalizado para a legitimação, instalação e efetivação do Estado Novo, em 1937, e para o Golpe Militar, em 1964. Uma das questões centrais do trabalho de Motta é a análise sobre o movimento comunista de 1935, em que o autor investiga a sua posterior construção enquanto “Intentona Comunista”, bem como a sua utilização nos referidos golpes de Estado. No mesmo ano, Lima (2000) também desenvolve pesquisa tendo como objetivo perceber a atuação dos comunistas em Uberlândia e noutras cidades do Triângulo Mineiro, no período de 1945 a 1954, com destaque para as formas como algumas instituições e a imprensa local investiram no anticomunismo contra as pretensões dos comunistas a fim de preservar os interesses das elites de plantão.²⁶

²⁶ Também identificamos, datado desse mesmo ano, mais um registro bibliográfico que tem por tema o anticomunismo, porém não tivemos acesso ao mesmo. Trata-se de Oliveira, 2000.

Privilegiando o jornal *O Estado de São Paulo* como fonte principal de sua pesquisa, Negrão (2001) desenvolve um estudo evidenciando a intervenção existente dos censores e repressores do governo Vargas na imprensa escrita e falada, entre 1930 e 1939. Mas a questão central de sua tese é a percepção de como esse jornal se prestou como instrumento político do Estado autoritário varguista na construção de mitos políticos, sobretudo no que diz respeito à publicação das imagens da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), que procuravam ratificar a representação de que os comunistas eram o “mal” e a “desagregação da civilização”, bem como a ideia de que Vargas seria o “Salvador” responsável por livrar o Brasil do comunismo internacional.²⁷

Em 2002, Rodeghero retomou o tema do anticomunismo e procurou compreendê-lo a partir da ótica da sua recepção por dois grupos distintos entre 1945 e 1964, a saber: funcionários do corpo diplomático estadunidense que atuavam no Brasil; e os fiéis e o clero da Igreja Católica do Rio Grande do Sul. A autora procurou identificar como os primeiros avaliavam as campanhas anticomunistas em curso no país e quais eram as leituras realizadas pelos segundos sobre o anticomunismo para, assim, reconstruir e comparar as visões elaboradas pelos mesmos a respeito do tema. Ela também ampliou seu enfoque no sentido de entender o anticomunismo como um fenômeno nacional, não obstante a última parte de a pesquisa ser dedicada ao Rio Grande do Sul.

A partir de então, e tomando como referência esses trabalhos sumariamente apresentados, uma profusão de projetos de pesquisas sobre o anticomunismo foi desenvolvida a partir dos vários programas de pós-graduação em História ou áreas afins do Brasil, alguns deles analisando as especificidades do fenômeno em alguns dos estados do país. Abaixo, segue uma relação onde aparecem 27 pesquisas que conseguimos identificar.

²⁷ Nesse mesmo ano, também foram defendidas duas dissertações, contudo não conseguimos ter acesso às mesmas: Vital Junior, 2001, e Baptista Junior, 2001.

QUADRO 4 – Produção historiográfica sobre o anticomunismo (2002-2010).

AUTOR	TÍTULO	TRABALHO/CIDADE/IES/ ANO
Antônio Cícero Cassiano Sousa	Cinema e política: o anticomunismo nos filmes sobre a Guerra Fria (1948-1969)	Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
Andrea Beatriz Wozniak Gimenez	O medo da “Revolução Social” na “Terra dos Pinheirais”: imaginário anticomunista na sociedade curitibana (1947-1964)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.
Maria Isabel de Moura Almeida	O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964	Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2003.
Ângela Flach	“Os vanguardeiros do anticomunismo”: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966)	Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
Marcos Gonçalves	“Os arautos da dissolução”: mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil (1941-1947)	Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
Rodrigo Santos Oliveira	“Perante o tribunal da história”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)	Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

Lorena Beghetto	O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: o anticomunismo nas revistas <i>Seleções do Reader's Digest</i> (1946-1960)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
Roberto Baptista Junior	Brasil e suas relações com Uruguai, Argentina, Chile e Estados Unidos na repressão e cooperação frente ao comunismo internacional (1945-1964)	Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
Lenita Jacira Farias Raad	“... denunciando os males do comunismo”: o anticomunismo na revista <i>Seleções Reader's Digest</i> (1950-1960)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
José Aloísio Martins Pinto	“Serventuários das trevas”: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922-1932)	Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.
Francis Wellington de Barros Andrade	Igreja Católica e comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.
Alexandre Busko Valim	Imagens vigiadas: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria (1945-1954)	Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.
Silvio Luiz Gonçalves Pereira	<i>Seleções Reader's Digest</i> . 1954-1964. Um mapa da intolerância política	Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

Faustino Teatino Cavalcante Neto	O PCB paraibano no imaginário social: o caso Félix Araújo na fase da "redemocratização" (1945-1953)	Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2006.
Célia Maria Groppo	Ordem no céu, ordem na terra: a revista "A Ordem" e o ideário anticomunista das elites católicas (1930-1937)	Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.
Eduardo de Souza Soares	A máscara e o rosto de Chaplin: o anticomunismo na repercussão da filmografia política de Carlitos em Porto Alegre (1936 – 1949)	Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
Célio Roberto de Araújo	O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.
Cristiano Cruz Alves	"Um espectro ronda a Bahia": as manifestações anticomunistas na imprensa (1930-1937)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.
Marylu Alves de Oliveira	Cruzada antivermelha: democracia, deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008.
Pâmella Passos Deusdará	Voices a favor do golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

Edgar Bruno Franke Serratto	A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.
Sandra Regina Barbosa da Silva Souza	Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis	Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.
Maristel Pereira Nogueira	O anticomunismo nos jornais <i>Correio do Povo</i> , <i>Diário de Notícias</i> e <i>Última Hora</i> . Uma perspectiva de análise	Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
Verônica Karina Ipólito	É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.
Marco Antônio Machado Lima Pereira	"Guardai-vos dos falsos profetas": matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2010.
Martina Spohr Gonçalves	Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
Lindolfo Anderson Martelli	Escatologia e anticomunismo nas Assembleias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX	Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

No seu conjunto, essas teses e dissertações tiveram a preocupação de analisar a presença do anticomunismo brasileiro, sobretudo a partir de suas distintas matrizes, a saber: a imprensa (jornais e revistas), por Gimenez (2003), Almeida (2003), Gonçalves (2004), Cavalcante Neto (2006), Alves (2008), Oliveira (2008), Deusdará (2008), Nogueira (2009) e Gonçalves (2010), sendo que Beghetto (2004), Raad (2005) e Pereira (2006) se dedicaram exclusivamente à revista *Seleções Reader's Digest*. Outros trabalhos abrangeram uma diversidade de enfoques: a Igreja Católica, por Pinto (2005), Andrade (2006), Groppo (2007), Araújo (2008) e Pereira (2010); e a Igreja Assembleia de Deus, por Martelli (2010); o cinema, por Sousa (2002), Valim (2006) e Soares (2008); o integralismo, por Oliveira (2004) e Serratto (2008); o exército, por Souza (2009) e Ipólito (2009); o governo, por Baptista Júnior (2005); e o partido político, por Flach (2003).

Para além das pesquisas que pretenderam investigar o anticomunismo em nível de Brasil, constatamos autores/as que se propuseram pensar as peculiaridades do fenômeno nas regiões do país: o Sul, por Gimenez (2003), em Curitiba, e Ipólito (2009), no Paraná, Flach (2003), no Rio Grande do Sul, e Nogueira (2009), em Porto Alegre; o Centro-Oeste, por Almeida (2003), em Goiânia; e o Nordeste, por Pinto (2005), em Fortaleza, Cavalcante Neto (2006), na Paraíba, Oliveira (2008), no Piauí, e Araújo (2008) e Alves (2008), na Bahia.

No geral, tais estudos fazem o arrolamento de grupos ou instituições que se dedicaram às campanhas contra os comunistas pelo Brasil afora (tais como a imprensa, as igrejas, o cinema, o integralismo, o exército, o governo e o partido político), que tiveram como principal preocupação a constituição de um imaginário anticomunista na sociedade para, assim, se garantirem no poder através de projetos autoritários. Partindo de um conjunto de fontes deixadas pelas campanhas desenvolvidas por esses grupos e instituições (jornais, revistas, livros, filmes, legislação etc.), a maioria dos autores não se deteve a investigar o anticomunismo no Brasil como uma tradição política decorrente dos acontecimentos que se seguiram à

Revolução Russa de 1917. Dos 45 estudos identificados em nossa análise, quatro tomaram como início de seus recortes temporais a década de 1920; 15, a de 1930; 15, a de 1940; dois, a de 1950; e oito, a de 1960. Coube apenas ao trabalho de Motta (2002) o mérito de pensar que o anticomunismo tem seus fundamentos instituídos no país a partir de 1917. Logo, constatamos que o maior número de autores pensou esse fenômeno apenas em momentos específicos da história brasileira, quando o mesmo foi assumido em campanhas que levaram a grandes mobilizações, como no caso do Estado Novo (1937), da redemocratização de 1945 e do golpe militar de 1964.²⁸

Esta breve análise sobre a historiografia política do anticomunismo nos possibilita identificar e extrair lições conceituais, bem como notar o que os autores alistados objetivaram em suas pesquisas para que, assim, outros possam tomá-las como referência e fazerem diferente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- ALVES, Cristiano Cruz. *“Um espectro ronda a Bahia”*: as manifestações anticomunistas na imprensa (1930-1937). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ANDRADE, Francis Wellington de Barros. *Igreja Católica e comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas*: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

²⁸ Essa diversidade de estudos também aponta para a possibilidade de se traçar um perfil comparativo do anticomunismo no país. A nosso ver, uma análise nesse sentido extrapolaria os limites propostos para o nosso trabalho.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BAPTISTA JUNIOR, Roberto. *Comunismo internacional, repressão e intervencionismo nos governos Dutra e Vargas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

_____. *Brasil e suas relações com Uruguai, Argentina, Chile e Estados Unidos na repressão e cooperação frente ao comunismo internacional (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BEGHETTO, Lorena. *O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: o anticomunismo nas revistas Seleções do Reader's Digest (1946-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 12. ed. Brasília: Editora da UnB, 2004, p. 34-35.

CAMPOS, Humberto de. *Carvalhos e roseiras*. 2. ed. São Paulo: José Olympio, 1934.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: o Estado policial na Era Vargas*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. História Política. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FV, n. 17, 1996, p. 161-165.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. *O PCB paraibano no imaginário social: o caso Félix Araújo na fase da "redemocratização" (1945-1953)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

D'ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. A esfera do político na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p. 123-149.

DEUSDARÁ, Pâmella Passos. *Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

_____. *Círculos operários no Rio Grande do Sul: um projeto sócio-político (dos anos trinta a 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário ou a dupla face na construção do Estado Novo no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro (1935/85)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova velha história: o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FLACH, Ângela. "Os vanguardistas do anticomunismo": o PRP e os perrepetistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GIMENEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da "Revolução Social" na "Terra dos Pinheirais": imaginário anticomunista na sociedade curitibana (1947-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

GONÇALVES, Marcos. "Os arautos da dissolução": mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil (1941-1947). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GROPPO, Célia Maria. *Ordem no céu, ordem na terra: a revista A Ordem e o ideário anticomunista das elites católicas (1930-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

IPÓLITO, Verônica Karina. *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 2, número 4, setembro de 1982, p. 153-171.

LIMA, Idalice Ribeiro Silva. "Flores do Mal" na cidade jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia (1945-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MAESTRI, Mário. *Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo*. Porto Alegre: CEM-RS, 1998.

MALATIAN, Teresa. O "perigo vermelho" e o Catolicismo no Brasil. In: _____; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003, p. 173-183.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Escatologia e anticomunismo nas Assembleias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1993.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *Práticas sociais e imaginário político na Arquidiocese de Maceió*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

MOLINARI FILHO, Germano. *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n'O Estado de São Paulo (1930-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. "Selvagens e incendiários": o discurso anticomunista e as notícias da Guerra Civil Espanhola. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora: uma perspectiva de análise*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Cruzada antivermelha: democracia, deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. “*Perante o tribunal da história*”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Silvio José de. *Tonalidades de vermelho: comunismo e anticomunismo no norte do Paraná (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “*Guardai-vos dos falsos profetas*”: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. *Seleções Reader’s Digest. 1954-1964*. Um mapa da intolerância política. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PINTO, José Aloísio Martins. “*Serventuários das trevas*”: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922-1932). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAAD, Lenita Jacira Farias. “... *denunciando os males do comunismo*”: o anticomunismo na revista *Seleções Reader’s Digest* (1950-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 13-36.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: UnB, 1995.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

_____. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945-1964*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: *Revista Brasileira de História*. Historiografia – propostas e práticas. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale et. al. 12. ed. Brasília: Editora da UnB, 2004, p. 306-308.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERRATTO, Edgar Bruno Franke. *A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SILVA, Carla Luciana Souza. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro – da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SILVA, Carla Luciana Souza. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

OLIVEIRA, Silvio José de. *Tonalidades de vermelho: comunismo e anticomunismo no norte do Paraná (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

SOARES, Eduardo de Souza. *A máscara e o rosto de Chaplin: o anticomunismo na repercussão da filmografia política de Carlitos em Porto Alegre (1936-1949)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUSA, Antônio Cícero Cassiano. *Cinema e política: o anticomunismo nos filmes sobre a Guerra Fria (1948-1969)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

TORRESINI, Elizabeth W. Rochadel. As coleções da Livraria do Globo de Porto Alegre. In: *Anais do I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004, p. 01-13.

VALIM, Alexandre Busko. *Imagens vigiadas: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria (1945-1954)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

VIEIRA, Solange Gomes. *“Roma ou Moscou”: O imaginário anticomunista da Igreja Católica; “O Horizonte” (1924-1931)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

VITAL JUNIOR, Raul Rebello. *O tribunal vermelho: em cena o caso Elza Fernandes – recortes do anticomunismo brasileiro durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.